ManageEngine

O que está por trás do surgimento do Marco Civil da Internet

O que está por trás do surgimento do Marco Civil da Internet

O seu surgimento veio da preocupação com a maneira em que os dados pessoais eram tratados. Antes da implementação do Marco Civil da Internet (MCI), não haviam regulamentações claras para internet, resultando em incertezas legais para os internautas. Isso dificultava a proteção dos direitos dos usuários e a possibilidade de responsabilizar os praticantes de atos ilícitos ocorridos no ambiente digital.

O caso de **Carolina Dieckmann** é um exemplo que destacou a importância da segurança digital e da proteção da privacidade na internet. No ano de 2011, a atriz teve seu computador invadido, o que resultou no vazamento de fotos pessoais privadas.

Esse incidente acabou gerando uma grande repercussão na mídia e redes sociais.

Com isso, surgiu um debate sobre a necessidade de legislações mais precisas quanto a proteção de informações pessoais das pessoas que utilizavam a internet. **A situação de Dieckmann fez entrar em evidência a vulnerabilidade dos dados online e despertou a urgência de criar um ambiente seguro para os internautas.**

Essa situação fez com que a **Lei nº 12.737/2012** se tornasse realidade, abordando crimes informáticos, especialmente a invasão de dispositivos eletrônicos para obter dados sem autorização.

Ainda em **2011,** o governo brasileiro iniciou um **projeto de lei** que tinha como objetivo **definir princípios e diretrizes** para o uso da **internet** no país. Para garantir que essa legislação atendesse às necessidades da sociedade, foram então realizados **debates abertos** com a participação de diferentes setores, incluindo **especialistas, ativistas e cidadãos.**

O Marco Civil da Internet teve sanção em 2014, sendo um passo de extrema importância na proteção dos direitos digitais.

Qual é a importância do Marco Civil da Internet?

Oficialmente conhecida como **Lei n° 12.965,** sancionada em **23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet é a legislação que regula o uso da internet no Brasil.** A lei estabelece princípios como a **liberdade de expressão,** a **privacidade** e a **neutralidade da rede,** além de garantias, direitos e deveres para os usuários, determinando diretrizes para atuação do Estado.

A lei também define de forma clara as responsabilidades dos provedores de internet em relação ao conteúdo gerado por terceiros, fazendo com que exista um equilíbrio entre a proteção dos usuários e a liberdade de expressão. Isso evita que as plataformas sejam responsabilizadas por conteúdos que não produziram,enquanto também estabelece mecanismos para remoção de conteúdos ilícitos através de ordem judicial.

Agora vamos nos aprofundar mais nos princípios essenciais da lei MCI.

Princípios essenciais da lei

O **Art. 4** da lei afirma que a disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo promover o acesso à internet para todos; garantir o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos.

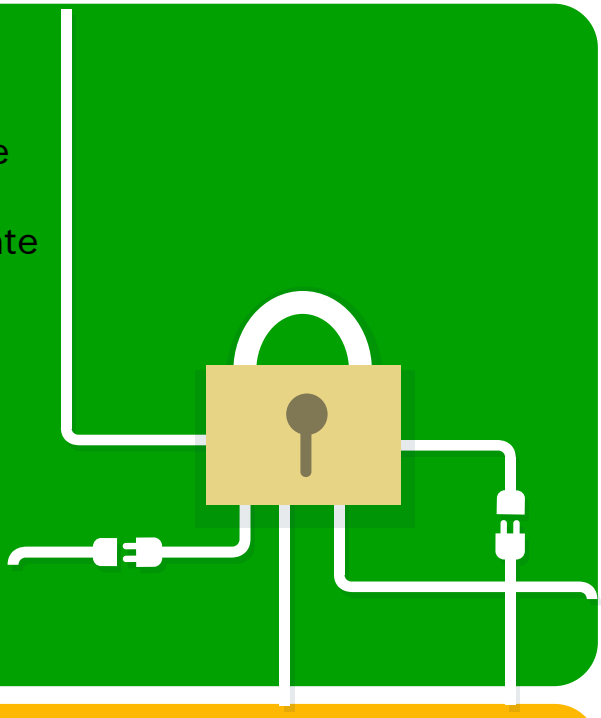
A partir desta concepção de uso da internet como um direito à todos, as políticas públicas foram vpara assegurar que todos possam usufruir destes direitos.

Segundo o **Art. 3** da lei, os **princípios essenciais** da lei, são:

Neutralidade da rede

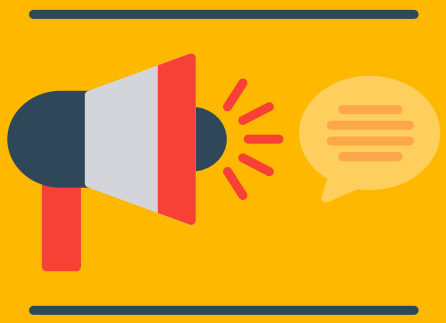
A **neutralidade da rede** afirma que deve haver um tratamento igualitário de informações na rede,independentemente do conteúdo apresentado.

Se a neutralidade não for tratada com prioridade, pode haver por parte dos provedores, discriminação do conteúdo acessado pelo usuário, ou até mesmo a degradação do tráfego de alguns serviços, além de restrição de conteúdos.



Liberdade de expressão

O **Art. 19** do Marco Civil fala sobre a **liberdade de expressão,** e afirma que uma empresa ou plataforma digital só pode ser responsabilizada se não retirar determinado conteúdo ilícito de seu site após ser decretada sua remoção judicialmente. Quem irá determinar quais conteúdos são considerados ilícitos ou não, será o poder judiciário.



Privacidade e proteção de dados

O princípio da proteção da privacidade e dos dados pessoais assegura aos usuários de internet o sigilo de suas comunicações privadas, salvo por ordem judicial. Segundo o **Art. 10,** parágrafo 1, **será necessário fornecer os dados privados se forem requisitados por ordem de um juiz** que afirma que o responsável pela guarda dos dados será obrigado a disponibilizá-los havendo requisição judicial.

Diferença entre Marco Civil da Internet e LGPD

O **Marco Civil** e a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** são leis federais que trazem consigo informações pertinentes à privacidade e proteção de dados.

É necessário lembrar que ambas as leis se complementam, **mas não são iguais.** O **Marco Civil da Internet** regula a forma como os direitos são protegidos no ambiente digital, seu principal objetivo é instituir princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet. Já a LGPD complementa o escopo do MCI em relação aos direitos e garantias, conferindo a segurança às informações e a proteção da privacidade e liberdade de expressão, estabelecendo transparência com relação ao tratamento e uso dos dados pessoais dos usuários.

Existem no entanto, algumas diferenças entre ambas as leis. Vamos abordar algumas delas:

	Marco Civil	**LGPD**
Princípios fundamentais	• Neutralidade de rede; • Liberdade de expressão; • Privacidade; • Proteção de dados.	• Finalidade; • Adequação; • Necessidade; • Livre Acesso; • Qualidade dos Dados; • Transparência; • Segurança; • Prevenção; • Não Discriminação; • Responsabilização; • Prestação de Contas.
Objetivo	Regulamentar o uso da internet no Brasil	Regulamentar de forma específica o tratamento, uso e transferência de dados pessoais, além de delimitar a atuação dos agentes de tratamento.
Penalidades	Só será responsabilizado civilmente se descumprir a ordem de retirada do conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.	Existem algumas opções: • Até 2% do valor de receita de vendas da empresa ou até 50 milhões de reais; • suspensão da atividade de coleta de dados; • Ampla divulgação da infração para a imprensa.
Data de surgimento	O Marco Civil da Internet foi sancionado em 23 de abril de 2014 e entrou em vigor no dia 23 de junho de 2014.	A **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** foi sancionada em **14 de agosto de 2018** e entrou em vigor no dia **18 de setembro de 2020.** As sanções previstas na lei, no entanto, começaram a ser aplicadas a partir de **1º de agosto de 2021.**

Desafios que o Marco Civil enfrenta

Ter leis no país que ajudam a proteger a sociedade é de fato um salto gigantesco para um lugar mais seguro, e quanto mais leis são criadas, mais rápido caminhamos para o objetivo. Mas, não podemos negar que quando uma lei é criada, junto com ela são criadas estratégias vindo de pessoas mal intencionadas para se desviar do que é certo.

Com isso dito, vamos falar agora sobre os desafios que o MCI vem enfrentando:

Disseminação de desinformação e Fake News

Lidar com desinformação e fake news é um dos maiores desafios do Marco Civil da Internet hoje em dia. Com a internet crescendo cada vez mais, fica fácil espalhar informações falsas, e isso dificulta a vida de quem quer garantir um ambiente digital mais seguro. Mas, por outro lado, o Marco Civil foi criado para proteger a liberdade de expressão. Então, **como combater fake news sem acabar prejudicando esse direito?**

A grande questão aqui é encontrar uma forma eficiente de barrar a desinformação, sem acabar caindo na armadilha da censura. A lei garante que as plataformas não sejam responsabilizadas pelo que outras pessoas publicam, a menos que desobedeçam a uma ordem judicial. Só que com o aumento de notícias falsas, fica a dúvida: como agir de forma rápida e eficiente sem prejudicar a liberdade de quem está apenas exercendo o direito de se expressar?

Surgem aí várias ideias, como usar inteligência artificial e ferramentas automáticas para checagem de fatos. Mas, o ponto é: tudo isso precisa ser feito de um jeito que não transforme a internet num espaço super controlado, onde cada post passa por um filtro.Resumindo, o Marco Civil precisa evoluir para acompanhar essas novas realidades sem deixar de lado os direitos que ele foi criado para proteger.

Encontrar esse equilíbrio é complicado, mas super necessário para garantir uma internet mais justa e livre para todo mundo.

Crescimento de Deep Fake

Dando seguimento ao desafio de fake news, precisamos destacar também o fenômeno das deep fakes, que está se tornando mais comum para quem navega na internet.

Essas criações digitais, que utilizam inteligência artificial para manipular vídeos e áudios, podem produzir conteúdos extremamente realistas, fazendo parecer que uma pessoa disse ou fez algo que, na verdade, nunca aconteceu. Isso representa um desafio não só para veracidade da informação, mas também para segurança e a confiança nas interações online.

Imagine o cenário:

um vídeo super realista de uma figura pública começa a circular nas redes sociais, dizendo que ela fez uma declaração polêmica ou tomou uma atitude controversa. Em questão de minutos, todo mundo começa a comentar e compartilhar, e a repercussão é instantânea. O problema? Esse conteúdo é fake e foi criado para enganar o público.

Evolução dos ciberataques

Nos últimos anos, os ataques cibernéticos cresceram de forma alarmante, criando uma necessidade de proteger melhor usuários e a infraestrutura digitais. Os prejuízos globais causados por esses crimes estão na casa dos trilhões de dólares, tornando esse acontecimento uma das maiores preocupações econômicas do mundo. Antesessa preocupação era restrita a grandes corporações, mas agora está afetando pequenos negócios e até mesmo indivíduos.

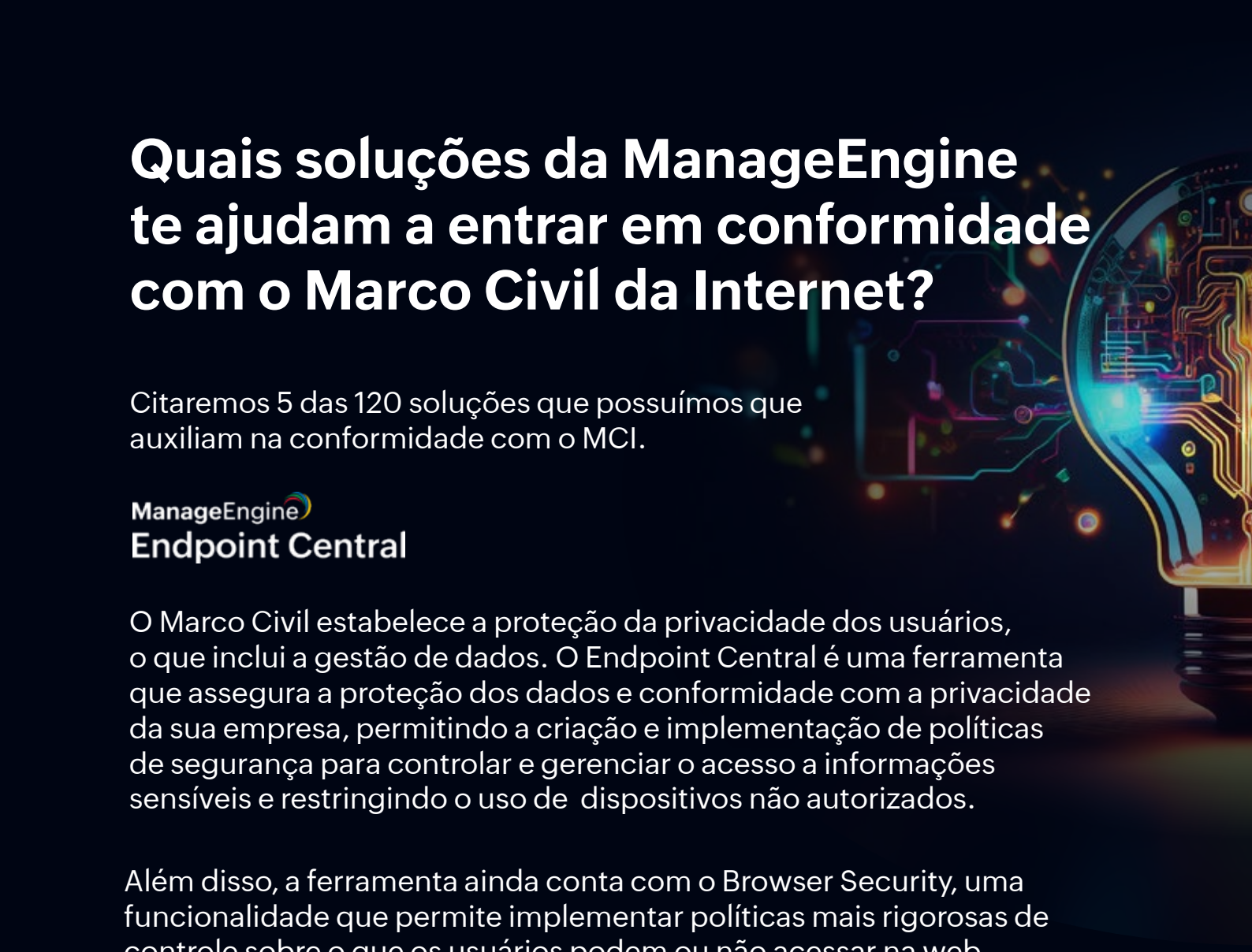
Um dos principais causadores de tudo isso é o ransomware. Esse tipo de ataque bloqueia o acesso a sistemas e exige um resgate para que os dados sejam liberados.

Recentemente, houveram casos em que hospitais e serviços de emergência foram paralisados por esses ataques, colocando vidas em risco e gerando uma sensação de vulnerabilidade. A realidade é que qualquer um pode ser uma vítima, e os impactos vão muito além do financeiro, já que podem afetar a privacidade e a segurança de dados pessoais e empresariais.

Diante disso, o MCI, que já é um marco regulatório importante no Brasil, precisa se adaptar para enfrentar esses desafios, sendo necessário encontrar um equilíbrio entre proteger contra ataques e preservar os direitos dos usuários.

Com o crescimento de dispositivos conectados a internet, as chances de ataque se tornam cada vez maior também. Então fica claro que, à medida que os ataques se tornam mais sofisticados, as políticas de segurança cibernética devem evoluir junto, para garantir um ambiente digital seguro e funcional para todos.

Quais soluções da ManageEngine te ajudam a entrar em conformidade com o Marco Civil da Internet?



Citaremos 5 das 120 soluções que possuímos que auxiliam na conformidade com o MCI.

ManageEngine
Endpoint Central

O Marco Civil estabelece a proteção da privacidade dos usuários, o que inclui a gestão de dados. O Endpoint Central é uma ferramenta que assegura a proteção dos dados e conformidade com a privacidade da sua empresa, permitindo a criação e implementação de políticas de segurança para controlar e gerenciar o acesso a informações sensíveis e restringindo o uso de dispositivos não autorizados.

Além disso, a ferramenta ainda conta com o Browser Security, uma funcionalidade que permite implementar políticas mais rigorosas de controle sobre o que os usuários podem ou não acessar na web, bloqueando sites maliciosos que possam estar em desacordo com a lei do Marco Civil.

ManageEngine
OpManager Plus

O OpManager Plus fornece práticas claras de gerenciamento de rede e promove a transparência na operação da infraestrutura de TI. Para realizar o gerenciamento da rede, a ferramenta oferece monitoramento contínuo e em tempo real, o que proporciona visibilidade completa sobre o tráfego e o desempenho da infraestrutura.
Dessa forma, é possível garantir a transparência nas operações, que é um dos princípios do Marco Civil, ao assegurar para o usuário o conhecimento de como os serviços estão sendo operados e que suas informações estão sendo tratadas de forma segura.

ManageEngine
ADAudit Plus

O ADAudit Plus permite rastrear e registrar as atividades dos usuários em tempo real, além de oferecer relatórios detalhados sobre alterações em permissões concedidas a eles. Isso possibilita auditorias eficientes, garantindo conformidade e fortalecendo a segurança da informação. Além disso, o Marco Civil estabelece princípios fundamentais relacionados à segurança e proteção de dados dos usuários, áreas nas quais essa solução pode oferecer suporte significativo.

ManageEngine
Vulnerability Manager Plus

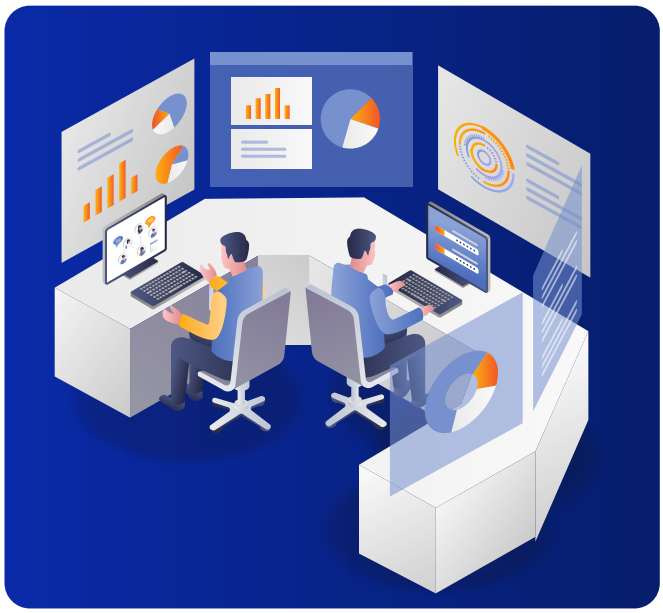
O Vulnerability Manager Plus permite a resposta rápida a incidentes em caso de detecção de ameaças, pois realiza a gestão de riscos e fornece informações detalhadas sobre quais vulnerabilidades podem ter sido exploradas, além de indicar quais medidas corretivas podem ser tomadas para garantir a integridade da sua rede.

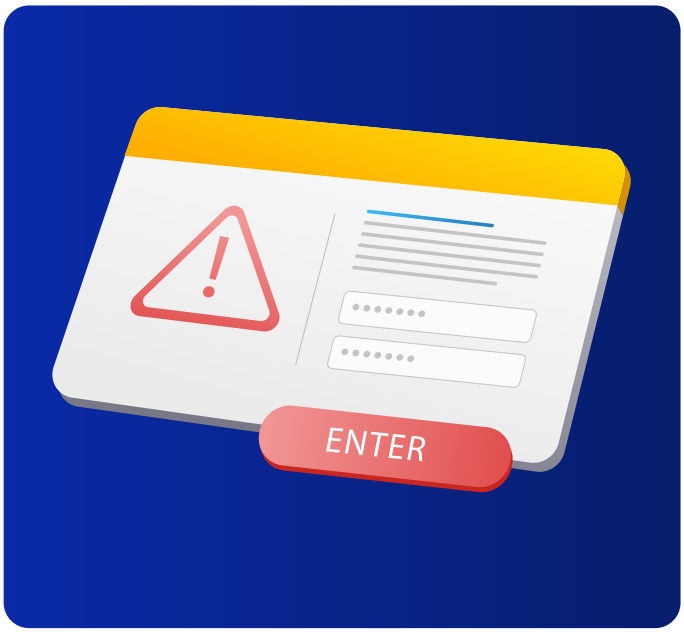
ManageEngine
DataSecurity Plus

A ferramenta DataSecurity Plus possui funcionalidades que auxiliam na proteção e confidencialidade das comunicações e dos dados.

Mas como isso ocorre?

O DataSecurity Plus monitora o acesso a arquivos e dados sensíveis em tempo real, registra quem acessa, modifica ou move determinados arquivos, assegurando que apenas usuários autorizados tenham permissão para manipular as informações.





Ele possui a funcionalidade de **Data Loss Prevention (DLP),** que monitora e bloqueia transferências de arquivos não autorizadas, seja por e-mail ou pelo uso de dispositivos USB, como pendrives. Isso impede que informações confidenciais sejam vazadas, mantendo a integridade dos dados da empresa.

Também é possível implementar um **controle de acesso rigoroso,** atribuindo permissões com base no princípio do menor privilégio. Isso significa que os usuários terão acesso apenas aos dados necessários para a realização de suas funções, minimizando a exposição de dados confidenciais.

Sobre a ManageEngine

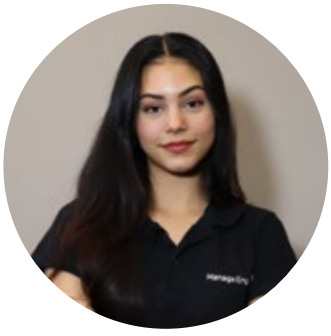
A ManageEngine é uma divisão de gestão de TI empresarial da Zoho Corporation, que prioriza soluções flexíveis capazes de atender de pequenas a grandes empresas.

Desenvolvemos softwares de gerenciamento de TI abrangentes para todas as suas necessidades de negócios. Com mais de 120 soluções, atendemos o gerenciamento de TI de ponta a ponta.

Temos as soluções e as integrações necessárias para a otimização do seu ambiente empresarial, à medida que a sua organização se prepara para os desafios do futuro.

Sobre as autoras

Carina Yamamoto - Content Writer no time de Marketing da ManageEngine desde 2023. Formada em Marketing.



Evellyn Amorim - Content Writer no time de Marketing da ManageEngine desde 2023. Formada em Marketing.